

Com o tema “*Casa de Deus e casa de homens*”; a igreja de dentro para fora, foi realizado em Caruaru, PE, entre 18 e 21 de julho de 2007, o IV Congresso da CRBB – *Comunhão Reformada Batista no Brasil*.¹ O preletor principal do congresso foi o pastor *Jim Domm*, que desde 1995 tem sido pastor da *Igreja Batista em Englewood*, em New Jersey, nos Estados Unidos. Em sua exposição da eclesiologia, o preletor dedicou quatro pregações para tratar de “*Questões Internas na Igreja Local*” e duas pregações para tratar de “*Relações Externas da Igreja Local*”. Publicamos a seguir a última mensagem pregada.

Gilson Santos
Fevereiro/2008

O RELACIONAMENTO ENTRE IGREJAS BATISTAS

James R. Domm

Havendo considerado as relações externas da igreja local com o mundo em seção prévia, devemos agora, nesta seção final, considerar este mesmo relacionamento com outras igrejas locais. Esta é uma questão que tem sido vastamente debatida entre os batistas em geral e, em particular, entre os batistas reformados.

Historicamente, os batistas têm mantido a posição de autonomia da igreja local. Eles não reconhecem outra autoridade eclesiástica além da de Cristo e dos Apóstolos, que administram através dos anciãos (presbíteros ou pastores) sobre a igreja local. Eles não reconhecem qualquer outra igreja, ou outro grupo de igrejas, conselhos ou organizações, como tendo qualquer autoridade legítima sobre outra igreja local em particular. E nisso estão corretos. No Novo Testamento encontramos igrejas funcionando independentemente, ou algumas vezes cooperativamente, e cada igreja diretamente responsável, não a outra igreja, mas diretamente a Cristo, a cabeça. Não encontramos no Novo Testamento nenhuma igreja exercendo autoridade sobre outras.

Agora, porém, nos deparamos com um problema prático: na ausência de apóstolos ainda vivos, como deveriam as igrejas locais se relacionar e desfrutar comunhão umas com as outras? Quando uma diferença surgir em doutrina ou em prática, seja no contexto de uma igreja local ou entre um grupo de igrejas, como estas diferenças poderiam ser pacificamente resolvidas? Se a liderança de uma determinada igreja local se torna abusiva, que recursos teriam os membros de tal igreja a fim de conter o abuso? Supondo-se que uma igreja local tenha somente um pastor, e este caia em pecado, demandando a disciplina eclesiástica, quem teria a autoridade para discipliná-lo? Que procedimento deveríamos adotar se uma

¹ A *Comunhão Reformada Batista no Brasil* (CRBB) é uma associação religiosa, sem fins lucrativos, organizada pela iniciativa de evangélicos brasileiros em 10 de junho de 2004, e reúne indivíduos (homens e mulheres) que, mesmo em denominações diferentes, podem subscrever a *Confissão de Fé Batista de 1689*. A CRBB não é uma agremiação formal de igrejas, mas uma fraternidade de irmãos em Cristo, na maioria líderes. Cf. www.crbb.org.br.

determinada igreja, que não conta com a liderança de um pastor, desejar o conselho e a assistência de outra igreja? Poderia a igreja que presta assistência exercer qualquer autoridade legítima sobre a igreja assistida? E se diferentes igrejas locais desejarem trabalhar juntas em missões, no treinamento de ministros ou na publicação de literatura? Quem deveria tomar as decisões finais? Quando os apóstolos eram ainda vivos, tinham eles a palavra final nestes assuntos. Tudo quanto teríamos de fazer era encaminhar a questão a um apóstolo, e isto seria bastante. Porém, agora que não mais podemos contar com os apóstolos entre nós, o que deveremos fazer? Estas questões ainda continuam sendo debatidas nos dias de hoje.

Não temos a intenção de responder a todas estas questões neste texto, mas esperamos pelo menos compartilhar alguns princípios da Palavra de Deus, com o propósito de fazer-lhes refletir pessoalmente sobre este assunto. Nosso tema é o inter-relacionamento ou comunhão das igrejas locais e, para tal, queremos considerar três aspectos em conexão com este tema.

1. O DEVER BÍBLICO DA COMUNHÃO ENTRE AS IGREJAS

A *Confissão de Fé Batista de 1689* (26.14,15) aborda este assunto da *comunhão das igrejas*. A seção 14 do capítulo 26, em particular, trata deste assunto e estabelece três aspectos acerca desta obrigação:

§ 14-a) O mandato bíblico

Os membros de cada igreja local devem orar continuamente pelo bem e pela prosperidade de todas as igrejas de Cristo, em todo o lugar. E devem trabalhar para a expansão da Igreja, em todas as ocasiões, exercendo cada um os seus dons e graças, na sua área de atuação, e de acordo com o seu chamamento. Portanto, as Igrejas – quando dispostas pela providência de Deus de maneira em que isto seja possível – devem desfrutar da oportunidade e das vantagens de manterem comunhão entre si, a fim de promoverem a paz, o amor e a edificação mútua.

Cristo orou pela unidade de todo o Seu povo (Jo 17.20-23) e não simplesmente por algum segmento ou grupo especial do mesmo, e ainda não somente pela união dos apóstolos e dos crentes existentes naquela época, mas por todo o Seu povo nas gerações subsequentes. Esta é a vontade de Cristo para o Seu povo e, portanto, devemos também desejar tal unidade. Entretanto, devemos ser cuidadosos, pois que, ao contemplarmos tantas divisões e cismas entre o povo de Deus, devemos resistir à tentação de buscar esta unidade em maneiras não abonadas pelas Escrituras. A unidade no corpo de Cristo é boa, mas não a qualquer preço.

Vemos no Novo Testamento muitos exemplos práticos da comunhão entre as igrejas, tais como orações individuais e congregacionais (Ef 6.18), benevolência (2Co 8.18,19), o sustento de obreiros do evangelho (Rm 16.1,2) e o companheirismo (Cl 4.16). Da oração do Senhor e destes exemplos do Novo Testamento concluímos não haver dúvidas de que as igrejas locais devem ter comunhão e exercerem o inter-relacionamento em prol do bem e prosperidade das mesmas. Temos, no entanto, que reconhecer a existência de certas limitações no que concerne a este dever.

§ 14-b) Suas limitações providenciais

Enquanto cada igreja, e todos os seus membros, estão unidos... em todas as ocasiões para o adiantamento da mesma (cada um dentro dos limites de seus lugares e chamamentos, no exercício de seus dons e graças), então as igrejas (quando erguidas pela providência de Deus, para que possam usufruir as oportunidades e vantagens deste fim), deverão gozar total comunhão entre si...

Apesar do requerimento bíblico para que as igrejas pratiquem esta comunhão entre elas, temos que reconhecer, no entanto, a existência de limitações para que isto se realize, visto que nem todas as igrejas têm as mesmas oportunidades, oferecidas pela providência, para a comunhão e o companheirismo com outras. Um dos fatores seria a localidade geográfica. No Novo Testamento encontramos comunhões regionais de igrejas, tais como, as igrejas da Galácia (Gl 1.2) e as igrejas do Vale do Lico (Cl 4.16). Certamente, os modernos meios de transporte e as novas tecnologias de comunicação facilitam uma prática melhor desta comunhão e companheirismo em maneiras tais que nossos antecedentes batistas sequer poderiam imaginar. Entretanto, nada poderá substituir as vantagens do contato pessoal, o que parcialmente explica porque este companheirismo regional ainda exista.

§ 14-c) Seus benefícios espirituais

...as igrejas... devem desfrutar da oportunidade e das vantagens de manterem comunhão entre si a fim de promoverem a paz, o amor e a edificação mútua.” Tais benefícios, não poderemos enfatizar em demasia.

Antes de prosseguirmos, vejamos com brevidade a seção 15 do mesmo capítulo da Confissão de Fé de 1689, apenas para nos familiarizar com a mesma, visto dispor acerca de *consultas e aconselhamentos especiais na comunhão das igrejas inter-relacionadas*, e ali notemos:

§ 15-a) Possíveis razões para consultas especiais

Em casos de dificuldades ou divergências acerca de questões doutrinárias, ou do governo da igreja; se as igrejas em geral, ou se uma igreja está sendo perturbada em sua paz, união e edificação; ou se algum membro ou membros de alguma igreja for atingido por medidas disciplinares que não condizem com a verdade e norma...”

§ 15-b) As bases bíblicas para consultas especiais

...nestes casos, segundo a mente de Cristo, muitas igrejas devem reunir-se em comunhão, mediante representantes, para considerar e opinar sobre o assunto de divergência; e o seu parecer deve ser comunicado a todas as igrejas envolvidas.

Em tais casos, a base bíblica oferecida para estas consultas especiais é o texto de Atos 15, embora possamos assumir seus princípios gerais de textos como: “Tudo quanto, pois, quereis que os homens vos façam, assim fazei-o vós também a eles; porque esta é a Lei e os Profetas” (Mt 7.12); “O caminho do insensato aos seus próprios olhos parece reto, mas o sábio dá ouvidos aos conselhos” (Pv 12.15); “Esforçando-vos diligentemente por preservar a unidade do Espírito no vínculo da paz” (Ef 4.3).

§ 15-c) A estrita limitação para consultas especiais

Contudo, esta assembléia de representantes não fica investida de poder eclesiástico algum, propriamente dito, nem de qualquer jurisdição sobre as igrejas que a constituem. Ela não pode aplicar disciplina alguma sobre pessoas ou igrejas, e nem pode impor resoluções sobre as igrejas e seus oficiais.

2. A EXPRESSÃO PRÁTICA (FORMA) DA COMUNHÃO ENTRE AS IGREJAS

Muito poderia ser dito sobre isto, mas, na verdade, há somente um simples ponto que gostaríamos de enfatizar aqui: *A comunhão entre as igrejas é ordenada nas Escrituras. A sua forma, entretanto, não é.* Esta é uma questão que se enquadra na categoria de adiáforos (coisas indiferentes). Não existe uma forma ou maneira particular, ordenada ou proibida, quanto à comunhão entre as igrejas.

Quão formal deveria ser esta comunhão entre igrejas? Através de décadas, esta é uma questão que tem sido debatida veementemente por batistas de todas as associações, e de diferentes maneiras. Alguns advogam uma associação informal sem um rol de membros formalizado, sem constituição ou estatutos e sem nenhum guia ou manual escrito. Para estes, a associação deveria ser informal, espontânea e fluída. Outros advogam uma associação mais formal, com membresia, constituição, estatutos e até mesmo certas provisões para a implementação prática das instruções na seção 15 do capítulo 26 da *Confissão de Fé de 1689*. Assim, tal questão ainda permanece. Porém, a despeito de tudo o que já se tem discutido e concluído, o fato é que as igrejas locais devem associar-se umas com outras, ainda que o formato particular desta associação será uma questão de liberdade. Continua caindo em categoria adiáfora, visto não estar explícito nas Escrituras Sagrada. Em rigor, o formato não é mandado nem tampouco proibido.

W. Shurden, em sua obra *Associação entre os Batistas na América*, concluída em 1967, e publicada em 1980, escreve:

Os batistas foram pessoas práticas que divisaram as organizações denominacionais *em resposta a necessidades específicas*. Ao formarem associações, os batistas não começaram com a ordem da igreja no Novo Testamento, nem tampouco começaram com uma delineação esmerada de uma teoria eclesiológica. Começaram com uma *necessidade existencial*. Porém, seu conceito de Igreja e sua interpretação das Escrituras ditaram em certo grau *que tipo* de conexão física deveriam ter. Além disso, só depois de as associações se tornarem parte da vida denominacional é que estas foram justificadas com base nos ensinamentos bíblicos e na teologia batista, ademais dos valores pragmáticos" (pp. 232-233).

Portanto, em outras palavras, Shurden afirma que as associações batistas nos Estados Unidos da América vieram a existir em razão de considerações práticas, ou pragmáticas. Sua organização e seu arranjo foram condicionados por princípios gerais das Escrituras e não por algum caráter mandatário exclusivo e específico.

Qualquer que seja o formato que a comunhão entre as igrejas possa tomar, duas qualificações importantes devem ser mantidas em mente:

- *Comunhão é um dom do Espírito Santo.* Não poderá ser criada por comitês ou organizações.
- *Nenhuma associação de igrejas tem o respaldo para exercer autoridade na/sobre qualquer igreja local.* Há que se respeitar a independência e a autonomia da igreja local, qualquer que seja a forma que esta associação assuma.

Alguém poderá objetar: “Os batistas na Inglaterra e nos Estados Unidos da América praticaram o disposto na Confissão de Fé (26.15) através de associações formais. Logo nós também deveríamos.” A esta objeção podemos responder atentando para o fato de que as seções 14 e 15 da Confissão de Fé não se originaram com os batistas. Elas foram tomadas, quase que textualmente, da *Plataforma de Ordem da Igreja* publicada com a *Declaração de Fé de Savoy* pelos puritanos congregacionais (ou independentes) em 1658. Estes, que foram os autores destes parágrafos, não praticavam a associação formal entre suas igrejas. De fato, os batistas nunca acusaram os congregacionais de ignorarem estes parágrafos, seja por falharem em praticar a comunhão entre igrejas ou simplesmente por não praticarem associações formais. Além do mais, no fim das contas, o nosso guia deve ser a Escritura Sagrada e não a história da Igreja.

Algumas sugestões podem ser oferecidas, tendo vista a obrigação bíblica e a expressão prática da comunhão entre as igrejas.

3. SUGESTÕES PARA ATIVIDADES RELACIONADAS COM A COMUNHÃO ENTRE AS IGREJAS

As igrejas poderão cooperar umas com as outras em comunhão e fraternidade de muitas maneiras e com uma variedade de atividades diferentes. A mais importante seria a *oração*. Para estimularem-se à oração umas pelas outras, as igrejas deveriam manter, periodicamente, um sistema de informações concernentes às suas mútuas necessidades e condições (Cl 1.3,4,9). O correio eletrônico (e-mail) é uma excelente ferramenta para levarmos a cabo esta tarefa. Nestes últimos quinze anos, a prática do envio regular de cartas informativas para outras igrejas com os mesmos princípios tem transformado profundamente o relacionamento entre igrejas batistas reformadas nos Estados Unidos da América. Sua importância não será demasiadamente enfatizada. Se sua igreja ainda não tem este costume, sugerimos praticá-lo regularmente, de maneira que, comunicando suas necessidades e lendo as necessidades de outros, vocês possam orar efetivamente todas as semanas nas suas reuniões de oração.

As igrejas também podem engajar-se em esforços cooperativos para o envio e sustento de missionários, para a publicação de literatura, para o treinamento de ministros do evangelho e para oferecer e receber sugestões e conselhos. É antibíblico recusar-se a praticar aquele aconselhamento especial descrito na *Confissão de Fé Batista*, conforme visto acima (seção 26.15). Não é pecado, todavia, recusar-se a praticá-lo de uma maneira institucional, ou debaixo de alguma associação formal. As igrejas deveriam estar dispostas a dar e receber sugestões e conselhos, desde que as circunstâncias e seus relacionamentos umas com as outras permitam.

Resumindo, o inter-relacionamento das igrejas locais é um mandamento das Escrituras. Sua forma particular, não o é. Inúmeras são as atividades em que as igrejas podem participar

conjuntamente. Nunca será saudável para uma igreja, manter-se isolada das outras. Na proporção em que uma igreja está isolada das outras, a mesma não será um lugar seguro para o povo de Deus. Tal isolamento poderá indicar que alguma coisa está errada com dita igreja.

4. CONSELHOS GERAIS CONCLUSIVOS

a) Quando um crente está considerando uma igreja, a fim de unir-se a ela, ou sustentar ou apoiar seu ministério, a Verdade Bíblica deverá ser o fator primário a se considerar. As pessoas têm todas as classes de razões para deixar suas igrejas. O que, pois, deveria guiarnos na seleção de uma igreja e no apoio financeiro de seu ministério? A Verdade! Perguntemos: “Em que crê esta Igreja?”; “O que ela ensina?”; “Ela segue a Bíblia?”. A Verdade, portanto, deverá ser o fator decisivo e não nossos motivos pessoais, emocionais ou subjetivos, como exemplo: Que qualidade de música tem? Qual o programa de jovens que oferece? Existem lá pessoas na minha faixa de idade? Tal não significa que estas coisas não sejam fatores consideráveis, mas certamente não deveriam ser os principais e conclusivos. Muitas vezes as pessoas escolhem suas igrejas baseadas nestas razões e não na Verdade por elas ensinadas. De igual maneira, abandonam as suas igrejas para atender a outras que não são tão sãs em suas doutrinas, e o fazem por razões inteiramente subjetivas e emocionais, tais como: “Simplesmente não me sinto confortável lá”. “Não consigo adorar ali”. “Ela me faz reviver muitas más memórias”.

b) Na igreja local, esteja disposto a fazer sacrifícios, em conformidade com as Escrituras, para a glória de Deus. Nem sempre lhe será possível participar dos cultos no Dia do Senhor. Porém, considere: afinal, o que de melhor teria você para fazer neste dia? Assim também, nem sempre será fácil ou conveniente atender às reuniões de oração, ou mesmo liderar em oração. Em nossa igreja, é requerido de todos os membros que participem de todas as reuniões estabelecidas pela igreja. Tampouco será muito fácil aproximar-se daquele irmão ou daquela irmã que está vivendo erradamente, para trazer-lhe uma palavra de admoestação bíblica. Mas você tem por obrigação fazê-lo. Não deixe isto para os presbíteros fazerem quando você sabe ser a pessoa mais adequada para a situação. Muitas vezes, os crentes professos não estão dispostos a fazer o menor sacrifício para o bem da igreja. Suas vidas são centradas em si mesmos. “Deixe isto para que outro faça”; “os diáconos cuidarão do problema”... E se esquecem que também os diáconos têm suas vidas para cuidar. Se queremos que Deus seja glorificado em Sua Igreja, e se queremos que o amor prevaleça na Casa de Deus, devemos estar dispostos a fazer sacrifícios, em conformidade com as Escrituras, em prol da causa da Igreja de Cristo.

c) A presença e o poder do Espírito Santo são absolutamente necessários para fortalecer o ministério da igreja. Jesus tem prometido estar com a Sua Igreja até o final dos tempos, e Ele o faz por meio de Seu Espírito. Este é um dos traços distinguíveis da igreja – a presença do Espírito Santo. Sem Ele não seríamos diferentes de qualquer outra organização humana existente, e até mesmo a melhor eclesiologia estaria sem vida, estaria morta. O Senhor Jesus disse: “Sem mim nada podeis fazer”. Temos necessariamente que implorar a presença e o poder de Seu Espírito para animar e fazer vivo nossos cultos e nosso evangelismo e para inflamar nosso amor uns pelos outros. Não devemos entristecê-lo; ao contrário, devemos

confessar os nossos pecados. Sem que sejamos habilitados pelo Espírito, não poderemos implementar aquelas coisas que temos aprendido, visto que somos absolutamente dependentes da graça e do poder do Espírito Santo para revigorar e para ativar o ministério da igreja.

d) A Reforma sem Cristo não será algo duradouro. Diríamos que seria possível, sim, termos uma reforma externa na igreja, sem Cristo. Mas esta reforma não durará e não glorificará a Deus, e não há dúvidas de que não será boa para o povo de Deus. A este propósito convém lembrarmos a igreja de Éfeso em Apocalipse 2. Seus membros eram disciplinados, trabalhavam fortemente, eram conservadores, eram doutrinariamente sãos, e não podiam suportar os homens maus. Cristo Jesus, porém, diz que eles abandonaram o seu primeiro amor. Sim, queremos reforma em nossas igrejas, mas não sem Cristo. Quando a cruz deixa de ser o centro das vidas pessoais e corporativas do povo de Deus, a ortodoxia morta e o mero formalismo são o resultado.

Que o Senhor nos conceda igrejas com ordem bíblica e com Cristo em seu centro. AMÉM.

